



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Miranda, Elflay

Globalização financeira e associações de bancos no Brasil: o caso da Febraban

Sociedade e Cultura, vol. 6, núm. 2, julho-dezembro, 2003, pp. 201-214

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70360208>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Globalização financeira e associações de bancos no Brasil: o caso da Febraban

ELFLAY MIRANDA*

Resumo: O presente artigo faz uma análise, mediante uma visão sociopolítica, da estrutura e da dinâmica de funcionamento de um dos mais importantes órgãos de representação de classe do empresariado financeiro brasileiro: a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), no período compreendido entre as duas gestões 1998 a 2001 e no período 2001 a 2003. Foram analisados a composição da diretoria e os vínculos dos diretores da entidade com outras organizações, como também algumas de suas disposições sobre temas que figuraram no cenário político-econômico brasileiro, como as disposições sobre o artigo 192 da Constituição que trata do sistema financeiro nacional.

Palavras-chave: empresariado financeiro; Febraban; bancos; sistema financeiro.

O atual processo de globalização financeira e suas transformações a partir da última década e início desta incluíram, entre outros aspectos, maior desregulamentação e abertura dos sistemas financeiros nacionais à participação de instituições financeiras estrangeiras, juntamente com as modificações nos sistemas político-eleitorais.

O Brasil, pelo menos nos últimos anos, favoreceu esse processo de globalização com a crescente abertura da economia. Abriu mercados, privatizou empresas estatais, aumentou taxas de juros e impostos, cortou gastos públicos, fez mudanças na previdência social, favoreceu bancos privados e introduziu programas como Proer,¹ sempre auxiliado por vultuosos apoios financeiros de organismos internacionais. Contudo, o país carrega grandes passivos sociais e não consegue mais do que soluções nas suas tentativas de crescimento.

Essas transformações parecem corresponder a uma fase contemporânea do capitalismo, que na literatura atual apresenta-se com várias denominações: “financeirização da riqueza” (Braga, 1997), “novo regime de acumulação sob dominância financeira” (Chesnais, 1997) ou “tirania financeira” (Fitoussi, 1997), dentre outras. Esse novo modelo de internacionalização dos sistemas financeiros obedece a uma nova lógica do capitalismo em que

a mundialização do capital deve ser entendida como mais do que uma fase suplementar no processo de internacionalização do capital iniciado há mais de um século, ou até mesmo como qualquer outra coisa. (Chesnais, 1997, p. 19)

Especialmente na América Latina, essas modificações tiveram enormes impactos sobre a estrutura e a dinâmica de representação de classe do empresariado financeiro, em que podemos considerar aspectos relevantes como o grau de abertura financeira que os governos latino-americanos proporcionaram, em ritmos diferentes, resultando no aumento do número

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. E-mail: elflay_miranda@hotmail.com.

1. Proer - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional – criado em 4 de novembro de 1995, sob Medida Provisória (MP), com o objetivo de assegurar a liquidez e solvência ao sistema financeiro nacional e resguardar os interesses dos depositantes e dos investidores.

de instituições estrangeiras e no volume de ativos controlados por tais instituições.

Essas instituições assumiram um importante papel no processo de privatização de empresas públicas brasileiras, principalmente de bancos estatais, mediante a participação acionária ou entrega de seu controle a um novo grupo econômico/financeiro.

Os grupos financeiros são entendidos aqui, de forma mais genérica, como um conjunto de empresas interligadas entre si e que incluem a participação de uma ou mais instituições financeiras.

O poder econômico-político que o empresariado financeiro adquiriu nas últimas décadas, juntamente com seus órgãos de representação de classe, deu-lhe bases para intervir nas tomadas de decisão do aparato estatal por meio de grupos de pressão, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo. Vale dizer,

os grandes grupos empresariais dos setores industrial e financeiro, como é sabido, sempre se beneficiaram de um acesso privilegiado às altas instâncias do Executivo, tanto através de vínculos pessoais como por via da estrutura corporativa. (Boschi, Diniz e Santos, 2000, p. 77)

Em interessante estudo comparativo sobre as organizações de representação de classe do setor financeiro nos países capitalistas da Europa e da América do Norte, Coleman (1994) analisou a questão do poder político e o sistema de intermediação de interesses a partir de um conjunto de indicadores empíricos das situações organizacionais das associações do empresariado financeiro. Com particular interesse nesse estudo, podemos estabelecer uma relação entre o sistema de representação de classe e o processo de globalização financeira ocorrido tanto em países por ele pesquisados como também na América Latina, mais precisamente no Brasil (Minella, 2001).

A questão central que colocamos diz respeito à relação entre o processo de globalização financeira e a estrutura dinâmica dos órgãos de representação de classe do empresariado financeiro – especialmente as associações de bancos na América Latina –, em que se torna oportuno analisar a existência dos grupos financeiros e o controle sobre o fluxo de

capitais, como também a participação no processo político e nos aparatos de decisão do Estado.

O sistema financeiro brasileiro

O processo de abertura financeira no Brasil, nos últimos anos, fez com o país modificasse a estrutura e a dinâmica de funcionamento de seu sistema financeiro a fim de se adequar às novas tendências da economia mundial.

As condições para o desenvolvimento de um sistema financeiro envolvem aspectos estruturais como a natureza dos mercados e seu relacionamento com as mais variadas instituições, tanto político-econômicas e financeiras como também com todo o aparato legal que dá respaldo ao funcionamento dessas instituições. Envolvem, ainda, aspectos operacionais relativos aos tipos de papéis utilizados nas transações financeiras e as macropolíticas monetárias utilizadas na dinâmica de seu funcionamento. Não podemos esquecer ainda as modificações que ocorreram no valor e na qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições financeiras, os métodos de captação de recursos e de concessão de créditos. Vale assinalar, todos esses aspectos reunidos ditam a nova estrutura do sistema financeiro nacional, que parece ainda estar se adequando aos novos padrões internacionais de funcionamento.

A estrutura de um sistema financeiro sólido depende de que se consiga responder a várias questões, dentre elas a forma mais apropriada para o seu funcionamento, tendo em vista o crescimento econômico do país, visando assegurar um modelo econômico claro e compatível com os anseios da população. Assim, as autoridades que respondem pelas políticas econômicas do sistema financeiro nacional precisam achar respostas plausíveis a desafios como a estabilização econômica, o crescimento interno, o combate à inflação, a estabilização monetária, como também o combate à pobreza e às injustiças sociais.

Devemos lembrar que a configuração do Sistema Financeiro Nacional (SFN) desenhado a partir de 1964, no Governo Castelo Branco, sofreu mudanças a partir da Constituição de 1988, em que a instância superior e reguladora

do SFN passou a ser o Conselho Monetário Nacional (CMN), sendo o Banco Central do Brasil (Bacen) e o CMN as principais agências governamentais de decisão político-econômica.

O CMN, por meio da Resolução nº 1524, de 21 de setembro de 1988, introduziu uma reforma importante no sistema financeiro com a criação dos bancos múltiplos. Trata-se de resolução que permitiu que os bancos comerciais, de investimentos ou desenvolvimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento e as sociedades de crédito imobiliário se organizassem como uma única instituição financeira: o banco múltiplo.

Outra importante reforma introduzida pelo CMN foi por meio da Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, que regulamentou as normas que implementaram o Acordo de Basileia,² enquadrando o sistema financeiro brasileiro dentro dos padrões internacionais de funcionamento. Segundo dados do Bacen,³ após essa resolução, um banco múltiplo, por exemplo, para entrar em operação, deve ter pelo menos um capital mínimo de R\$ 10 milhões, se optar por uma carteira comercial, ou de R\$ 9 milhões, se preferir por uma carteira de investimento.

A Constituição de 1988 estabeleceu no seu artigo 192 que a autorização para funcionamento de uma instituição financeira seria inegociável e intransferível, permitindo, todavia, a transmissão de controle de pessoa jurídica. Esse dispositivo constitucional acabou com a carta-patente, removendo, então, a barreira para entrada de novas instituições SFN. A carta-patente era a concessão dada pelo Banco Central para o funcionamento de uma instituição financeira. Como a concessão de novas autorizações era limitada, a possibilidade de obter uma carta-patente passou a ser um dos maiores atrativos para os bancos que compraram instituições falidas ou em dificuldades nas décadas de 1970 e 1980.

A partir de 1988, ocorreu uma expansão do sistema bancário brasileiro, impulsionado principalmente pela eliminação da carta-patente, o que fez com que o número de bancos quase dobrasse, passando de um total de 103 bancos em 1988 para 194 instituições no final de 2002.

Até 1994 a economia brasileira possuía como uma das suas principais características um acentuado processo inflacionário. Com a aparente redução dos níveis de inflação proporcionados pelo Plano Real e a maior abertura da economia, as instituições de menor porte não conseguiram se ajustar às condicionantes macroeconômicas exigidas pelo Plano. Diante dessa nova dinâmica, os bancos que continuaram a fazer parte do SFN tiveram de encontrar soluções para enfrentar os problemas no mercado financeiro da época. A alternativa adotada por algumas instituições foi a de transferir o controle acionário para outras de maior porte, até mesmo com a participação de capital estrangeiro nas operações de compra e venda de seus ativos, juntamente com fusões ou incorporações, diminuindo substancialmente o número de bancos.

O acentuado processo de privatização de bancos públicos ocorridos em paralelo ao Plano Real também colaborou com a diminuição do número de bancos. Segundo Relatório do Bacen,⁴ do grupo de bancos que funcionava em dezembro de 1988, cerca de 40% não chegaram a 2000 e quase metade deles saiu do SFN por motivo de liquidação. Esses bancos se retiraram do sistema bancário após um tempo médio de 48 anos de atividades.

Para o Bacen,⁵ as elevadas taxas de inflação, que em outras experiências históricas levaram economias à desmonetização, no Brasil contribuíram para alavancar a participação do setor financeiro na renda nacional. O fato de os bancos implementarem inovações financeiras, aproveitando-se das oportunidades regulatórias, permitiu tanto um acúmulo de

2. O Acordo de Basileia estabeleceu o limite mínimo de capital para a constituição de um banco e limites adicionais de acordo com o grau de risco da estrutura dos ativos bancários. Essa exigência de capital mínimo, tal como definido pelo Comitê da Basileia, tem o objetivo de servir de funding permanente para as atividades do banco e de ser uma reserva contra o risco e as perdas decorrentes das operações bancárias.

3. www.bc.gov.br, acessado em 25 fev. 2003.

4. Relatório da Evolução do Sistema Financeiro Nacional: Bancos Brasileiros de dez. 1988 a dez. 2000. Disponível em: <www.bc.gov.br/htmls/deorf/e88-2000.htm> Acesso em: 30 jan. 2003.

5. Relatório da Evolução do Sistema Financeiro Nacional: Bancos Brasileiros de dez. 1988 a dez. 2000. Disponível em: <www.bc.gov.br/htmls/deorf/e88-2000.htm> Acesso em: 30 jan. 2003.

capital quanto um desenvolvimento tecnológico. Durante o período inflacionário, a atividade financeira nos bancos sustentava-se dos recursos em trânsito (floating) e do financiamento do desequilíbrio das contas públicas, concentrando-se em operações de curto prazo.

Os bancos no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) tiveram ainda bons desempenhos com ganhos obtidos nas operações de juros e câmbio e operações com títulos e valores mobiliários. Outro fator que explica o acúmulo de capital adquirido pelos bancos a partir de 1994 são as operações com altos spreads (diferença entre o custo de captação de recursos e a taxa de juros cobrada pelos tomadores de crédito).

Abertura ao capital estrangeiro

A partir da segunda metade da década de 1980, observa-se, nas economias latino-americanas, uma intensificação do investimento estrangeiro nos mercados financeiros nacionais. Esse processo de internacionalização, inserido em um movimento mais geral das transformações do mercado financeiro internacional, não é homogêneo em todos os países, pois depende de dois fatores importantes: do grau de abertura financeira e da gestão macroeconômica adotada sobre os fluxos de capitais nesses países (Freitas e Prates, 1998).

A abertura da economia ao mercado internacional, como um dos principais condicionantes do processo de globalização financeira implementado pela reformas neoliberais nos últimos anos, fez com que países como o Brasil direcionassem sua política econômica rumo à adoção dos princípios discutidos no Consenso de Washington⁶ (Rocha, 2002). Assim,

as reformas neoliberais e a estabilização inflacionária, a exemplo de países latino-americanos como Argentina, Chile e México,

passam a ser condições indispensáveis para a nova inclusão do Brasil na rota dos investimentos externos. (Rocha, 2002, p. 73)

No Brasil, a abertura financeira sofrida na década de 1990 liberalizou significativamente os investimentos estrangeiros no mercado financeiro deste país. Contudo, esse movimento foi menos intenso que na Argentina e no México, que liberaram de formas diferenciadas seus mercados monetários, de renda fixa e acionário (Freitas e Prates, 1998).

A Constituição de 1988 tornou mais difícil o acesso do capital internacional ao SFN. Isso porque a regulamentação da entrada do capital estava vinculada à aprovação do artigo 192, que trata do funcionamento do SFN. Todavia, o artigo 52, que trata das Disposições Constitucionais Transitórias, em seus incisos I e II, deixou em aberto a possibilidade da entrada de instituições financeiras estrangeiras no SFN brasileiro, pelas autorizações resultantes dos acordos internacionais e pela aplicação do princípio de reciprocidade, ou seja, a abertura de filiais de bancos estrangeiros no exterior (Freitas e Prates, 1998).

Uma das mais importantes medidas de abertura financeira no Brasil foi a Resolução do CMN nº 1.832, de 31 de maio de 1991, que instituiu o Anexo IV à Resolução 1.289, de 20 de março de 1987, que permite e regulamenta os investimentos estrangeiros em títulos e valores mobiliários nas companhias abertas brasileiras. Esse foi um dos mecanismos mais utilizados para a entrada de recursos externos no mercado financeiro brasileiro (Rocha, 2002). Segundo Freitas e Prates (1998, p. 183), “no Brasil, quase a totalidade dos investimentos estrangeiros de porto-fólio direcionaram-se para a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa), a maior bolsa de valores do país”.

A abertura do mercado de capitais, o processo de privatização e os negócios associados ao financiamento da renovação da infraestrutura econômica foram os principais atrativos para o investimento estrangeiro direto no sistema financeiro brasileiro (Freitas e Prates, 1998).

Segundo o Bacen,⁷ considerando-se apenas os casos individualmente mais expressivos, os

6. Expressão utilizada para se referir ao mínimo denominador comum das opiniões dos organismos internacionais e dos países membros para as reformas econômicas na América Latina em 1989. Essas reformas incluíam disciplina fiscal, redirecionamento do gasto público, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, taxa de câmbio competitiva, liberalização comercial e dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos, privatizações, desregulamentação e garantia dos direitos de propriedade.

7. BRASIL. Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura/Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, Se

investimentos estrangeiros e a capitalização de instituições financeiras preexistentes superaram R\$ 20 bilhões em 2002.

O processo mais intenso de entrada de capital internacional no SFN ocorreu a partir de 1998, ano da reeleição de FHC. De um total de 7,16% em 1994, início do Plano Real, os bancos estrangeiros fecham o ano de 2001 com 29,86% do controle de ativos do sistema bancário brasileiro. Em um levantamento feito pela Consultoria ABM, os bancos internacionais tiveram, para cada R\$ 100 investidos no país, um retorno entre R\$ 22 e R\$ 56.⁸

Outro fator que explica os ganhos dos bancos estrangeiros no país foi a desvalorização do Real, que chegou a 61,6% em 2002. Ganhos com as compras de títulos públicos, remunerados por juros altos e maiores receitas com serviços bancários, também contribuíram para rentabilidade dos bancos estrangeiros. Por meio desses indicadores, podemos concluir que a combinação entre câmbio desvalorizado e juros altos faz com que os bancos estrangeiros sejam bem rentáveis no Brasil. Segundo a Consultoria ABM, os bancos estrangeiros que operam no Brasil precisam de menos capital investido para ter retornos altos porque ganham emprestando a taxas de juros muito altas.⁹

O poder dos bancos no cenário do Sistema Financeiro Brasileiro

O empresariado financeiro no Brasil se caracteriza pela adoção dos mais variados mecanismos de ação política. Além das formas de atuação política institucionalizada – sob a forma de organizações ou de representação no Executivo e no Legislativo –, grandes empresários têm a possibilidade de ação direta, já que representam por si só um volume de capital significativo (Mick, 1998).

Assim, é preciso identificar a organização e predisposição do empresariado para o confronto político e as linhas de motivação para a ação, seja por suas características explícitas (bases produtivas, organizacional, geográfica e

social; manifestações políticas e ideológicas) ou pelas características e traços intrínsecos, inerentes, esperados e latentes (cognição social, normas e valores dominantes) (Dreifuss, 1986).

Segundo Boschi, Diniz & Santos (2000, p. 77),

os grandes grupos empresariais dos setores industrial e financeiro, como é sabido, sempre se beneficiaram de um acesso privilegiado às altas instâncias do Executivo, tanto através de vínculos pessoais como por via da estrutura corporativa.

Em 1994, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os bancos foram os maiores contribuintes para a campanha presidencial de FHC. Também em 1998, os bancos e outras instituições financeiras foram os principais doadores de recursos para sua reeleição. Nas eleições de 1998, o maior doador para campanha FHC foi o Grupo Itaú e o terceiro maior doador também era do setor financeiro; o Real ABN AMRO Bank.¹⁰

Um estudo feito pela Consultoria Austin Asis, uma das maiores consultorias do país especializadas em análise de balanços de instituições financeiras, mostra que os bancos acumularam no governo FHC pouco mais de R\$ 21 bilhões em lucros, até 2001. A consultoria mostra também que o lucro dos 30 maiores bancos cresceu 313% de dezembro de 1994 até dezembro de 2001,¹¹ e ainda que os bancos tiveram uma rentabilidade recorde em 2002. Em seu levantamento, os bancos lucraram em média 24,5% com um ganho total de R\$ 9,8 bilhões. Vale destacar, o maior lucro registrado foi o do Banespa (R\$ 2,8 bilhões), sendo que os bancos tiveram uma rentabilidade média de 19,9% sobre seu patrimônio líquido, no período do Plano Real.¹²

Na última campanha presidencial, o candidato Ciro Gomes (PPS) admitiu aceitar doações de banqueiros. “As doações de banqueiros serão bem-vindas, desde que sejam feitas dentro da lei e sob o manto das nossas propostas”, disse o coordenador político da campanha, deputado João Hermann Neto.¹³

cretaria de Comunicação de Governo, 2002, p. 300 (Documentos da Presidência da República). Disponível em: <www.presidencia.gov.br> Acesso em: 25 fev. 2003.

8. Folha de São Paulo, 15 dez. 2002, p. B1.

9. Idem.

10. Folha de São Paulo, 26 nov. 1998, p. 1-4.

11. Jornal do Brasil, 21 nov. 2001.

12. Folha de São Paulo, 16 fev. 2003, p. B1.

13. Agência Estado, 23 jul. 2002.

O candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva também recebeu apoio de firmas comerciais, bancos e instituições financeiras para sua campanha eleitoral. Entre outras instituições, pode ser citada a BMG Leasing, que também contribuiu com o partido. O Banespa Santander aparece em segundo lugar na relação de pessoas jurídicas que abasteceram o comitê petista nessa última campanha eleitoral, e o Banco Alfa Investimentos também figura na lista de doadores para campanha.¹⁴

Concluindo, podemos considerar o financiamento de campanhas eleitorais como um indicador da estreita relação entre o empresariado financeiro e o Estado. Vale dizer, participando e financiando o processo político, o empresariado financeiro tem mais acesso na definição de políticas e defesa de seus interesses.

As federações de bancos: Febraban e Fenaban

A Febraban foi fundada em 1967, por iniciativa das associações de bancos de alguns estados, interessadas em convergir seus interesses em relação ao sistema financeiro nacional. É uma entidade de natureza civil, associativa, com sede em São Paulo (capital), cuja presidência sempre foi ocupada por grandes bancos do cenário financeiro brasileiro, como o Banco Bamerindus, no período de 1994 a 1997, o Itaú, de 1997 a 2001, o Unibanco, no último triênio 2001–2004. Atualmente, a presidência da entidade é ocupada pelo Bradesco e vai até março de 2007. Assinalemos, esses bancos figuraram nos últimos anos entre os dez maiores bancos do país no ranking das instituições financeiras.¹⁵

Em junho de 2000, 128 bancos estavam associados à Febraban e, em fevereiro de 2002, o número de associados passou a ser de 117 bancos (privados, públicos, comerciais e múltiplos), representando mais de 90 % das operações ativas no setor.¹⁶

Os bancos possuem ainda uma entidade de caráter sindical, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), principal interlocutora dos bancos com as entidades representativas (sindicatos) dos bancários. A entidade conta com Comissões Consultivas de Relações Trabalhistas e Sindicais (CCRTS) e uma Comissão de Negociações (CN), que têm o papel de negociar com os sindicatos dos trabalhadores as convenções coletivas de trabalho bancário.

No que se refere ao trabalho bancário, houve uma reorganização de seu perfil operacional, impulsionado pelas transformações do sistema financeiro nos últimos anos. Segundo Jinkings (2002, p. 80),

tal movimento vai consolidando o modelo de sistema bancário concebido pela Fenaban, caracterizado por densa concentração de capital privado, altamente informatizado, empregando força de trabalho mais escolarizada, tendo como epicentro da atividade o negócio e a venda de produtos e serviços a clientes discriminados e selecionados segundo critérios de renda ou patrimônio financeiro.¹⁷

A Febraban dispõe de comissões técnicas e mantém uma estrutura de apoio com assessores especializados nas diversas áreas de atuação do sistema financeiro com consultoria jurídica, administrativo-financeira, tecnológica, relações de trabalho, economia, comunicação social e operacional. Além disso, ela se apóia em discussões sobre a legislação que disciplina as atividades do setor financeiro no país. As assessorias técnicas são vinculadas à direção geral da Febraban, que atualmente é presidida pelo representante do Banco do Brasil na entidade.

Convém destacar que estudar a estrutura, a dinâmica e a composição da diretoria das Associações de classe do empresariado financeiro como a Febraban nos ajuda a compreender, em um universo mais amplo, as relações e os canais criados por esse segmento do empresariado com os demais órgãos associativos do meio empresarial, industrial, financeiro e político do país, incluindo aí o Estado.

14. Agência Estado, 11 ago. 2002.

15. Fonte: Revista Exame: Melhores e Maiores – as 500 maiores empresas do Brasil, anos 1997 a 2002.

16. Fonte: <www.febraban.org.br> Acesso em: 20 fev. 2004.

16. Fonte: <www.febraban.org.br> Acesso em: 20 fev. 2004.

17. Em relação ao trabalho bancário, ver Minella (1988) e Jinkings (1995 e 2002).

Febraban: gestão 1998–2001

A análise desta gestão da Febraban se justifica pelo fato de o período correspondido entre 1998–2001 ser de um cenário marcado por várias transformações não só no âmbito do sistema financeiro, ocasionado pela ampliação no volume de capitais internacionais, mas também nas empresas brasileiras produtoras de bens de consumo duráveis e não-duráveis, que foram alvos de aquisições por multinacionais e empresas estrangeiras.

Com uma política monetária restritiva adotada diante dos impactos da crise asiática, bem como das exigências de capitalização por parte do Bacen, um novo contingente de instituições financeiras estava a ponto de venda. O episódio de internacionalização bancária que vinha ocorrendo ressaltou as limitações do sistema financeiro doméstico, para evitar a desnacionalização bancária, em que o setor público era avalista e financiador desse processo (Rocha, 2002).

A internacionalização do sistema financeiro é constante na pauta de discussões da entidade, pois no discurso de encerramento dessa gestão, o então presidente e diretor do Banco Itaú, Roberto Egydio Setúbal, afirmou:

assim, hoje é expressiva a representação de bancos estrangeiros, além dos federais e privados nacionais na diretoria. Creio ser fundamental esse bom entendimento entre os principais participantes do mercado bancário no sentido de dar respostas uniformes às questões levantadas com relação ao papel dos bancos em nossa sociedade.¹⁸

No Quadro 1, podemos observar os vínculos dos diretores da Febraban, no período de 1998–2001, com as mais variadas organizações, sejam privadas nacionais, internacionais ou estatais. Podemos observar, ainda, que os bancos estrangeiros ocupam 33% da diretoria, sendo um forte indicador da representação do capital internacional, principalmente europeu, na diretoria da entidade. O banco europeu HSBC apresenta uma forte representatividade, ao

ocupar duas diretorias, uma diretamente e outra através do Banco CCF Brasil, que é seu subsidiário. Outro fator a ser considerado é que 58,33% da diretoria é formada pelos dez maiores bancos do sistema financeiro no período.¹⁹ Três diretores da ainda Febraban são ligados à Câmara Americana de Comércio (AMCHAM), uma atuante entidade empresarial no comércio entre o Brasil e os Estados Unidos.

Febraban: gestão 2001–2004

A diretoria da Febraban neste período, ainda em curso (o mandato dos diretores encerra em março de 2004), tem como principal acontecimento as eleições para Câmara Federal, Assembléias Legislativas, governos estaduais e presidência da República.

O presidente da Febraban, na época da pesquisa, era o advogado Gabriel Jorge Ferreira. Desde 1958, é funcionário de carreira e atualmente é vice-presidente do Conselho de Administração do Unibanco, que tem presença constante no ranking das maiores instituições financeiras do país nos últimos anos. Além de fazer parte da diretoria da Febraban, foi também vice-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), nas duas últimas gestões.

Em seu discurso de posse,²⁰ Ferreira chamou a atenção por ser a primeira vez que a entidade seria presidida por um advogado, e não propriamente por um empresário do sistema financeiro. Manifestou, ainda, seu profundo agradecimento ao governo FHC por ter dado apoio decisivo ao conjunto de reformas legislativas e constitucionais que favoreceram as instituições financeiras nos últimos anos, ressaltando, dentre outras, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Salientou ainda a necessidade do governo e das instituições financeiras combinarem esforços e recursos, com o intuito de melhorar seu entrosamento. Entre outras medidas, no que se refere à Febraban, destacou a concorrência livre e

18. Discurso do presidente Roberto Egydio Setúbal na sole-nidade de encerramento da gestão da diretoria Febraban/Fenaban 1998–2001, realizado em 12 de março de 2001 no Clube Monte Líbano em São Paulo.

19. Fonte: Revista Exame: Melhores e Maiores – as 500 maiores empresas do Brasil. Anos 1998–2001.

20. A posse da atual diretoria da Febraban/Fenaban ocorreu no dia 12 de março de 2001 no Clube Monte Líbano, em São Paulo. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/item7.asp>>. Acesso em: 23 out. 2002

Quadro 1 – Diretoria da Febraban no período de 1998–2001*

Vínculos dos diretores da Febraban no período 1998-2001							
Diretoria 1998-2001	Bancos/Grupos financeiros	Origem capital	Estatais	Assoc. setor financeiro	Outras assoc. empresariais	Inst. fund.	Outras assoc.
Roberto Egydio Setúbal Presidente	Banco Itaú	Brasil	Petrobrás(1)	Fenaseg	Ceal Amcham	FibCT	ASFL
Paulo Lobato Ribeiro Vice-presidente	Banco Real	Holanda		FGC			Abccmm
Gabriel Jorge Ferreira Vice-presidente	Unibanco	Brasil		CNF Abecip	ISE	AVCIMS	
Ageo Silva Diretor	Bradesco	Brasil		Cetip			IE
Antonio Beltran Matinez Diretor	BBA Creditanstalt	Brasil		Abbc			Apcd Abccmm
Antonio Carlos Castrucci Diretor	Banco Paulista	Brasil		Abbc	Sebrae FCE		ARC
Bernard Paul Menciaer Diretor	Banco CCF Brasil**	Inglaterra			Amcham		
Carlos Alberto Vieira Diretor	Banco Safra	Brasil			Ccba		
Hélio Ribeiro Duarte Diretor	HSBC	Inglaterra		Abbi Abecip	Ibef	FGV	
Hugo Dantas Pereira Diretor	Banco do Brasil	Brasil	ICPAntaq				Abace
Murillo Carvalho Jr. Diretor	Fleming Graphus***	EUA		Bvrj	Amcham		FAF
Raul Pereira Barreto Diretor	Mercantil-Finasa	Brasil		FGC			

Fonte: Febraban/Secretaria Geral da Presidência em 19 dez. 2002.

Quadro elaborado pelo autor.

(1) Participou do Conselho da Empresa.

* A composição da direção da entidade sofreu mudanças durante a sua gestão.

**O Banco CCF Brasil é subsidiária do Crédit Commercial de France, que pertence desde 2000 ao HSBC Investment.

*** Banco Fleming Graphus S.A., adquirido em julho de 2000, pelo Chase Manhattan Bank do Grupo J.P. Morgan.

Legenda:

Abace – Associação Brasileira de Aposentados do Banco Central
 ABBC – Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos
 ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais
 ABCCMM – Associação Brasileira de Criadores do Caval Mangalarga
 Abecip – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
 AMCHAM – Câmara Americana de Comércio
 Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
 APCD – Associação de Parceria contra Drogas
 ARC – Alfa Romeo Clube
 AS – Americas Society Organization
 AVC – Associação Viva o Centro
 BVRJ – Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
 CCBA – Câmara de Comércio Brasileira Americana
 CEAL – Conselho de Empresários da América Latina
 Cetip – Central de Custódia e Liquidação

CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras
 CT – Comissão Trilateral
 FAF – Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer
 FCE – Empresa de Consultoria Financeira
 Fenaseg – Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
 FGC – Fundo Garantidor de Créditos
 FGV – Fundação Getúlio Vargas
 FIB – Fundação Itaúbanco
 FL – Fórum de Líderes
 Ibef – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo
 ICP – Brasil – Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira
 IE – Pastor de Igreja Evangélica
 IMS – Instituto Moreira Salles
 ISE – Instituto Superior da Empresa
 Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

efetiva de instituições bancárias brasileiras e estrangeiras, públicas e privadas, grandes, médias ou pequenas, que, segundo ele, impulsionariam a melhoria da qualidade e redução dos custos do sistema bancário no Brasil.

Em uma análise dos mercados financeiro nacional e internacional,²¹ Ferreira alertou que

os três maiores bancos nacionais (Bradesco, Itaú e Unibanco) possuíam, em dezembro de 1995, o volume de 25% do total de depósitos à vista, enquanto os bancos estrangeiros (HSBC, Boston, Citibank, BBV, ABN Amro e Santander) detinham 7,5%. Em dezembro de 2000, os três maiores bancos nacionais haviam expandido sua participação nos depósitos à vista para 29% e os estrangeiros para 16%. Com relação ao volume de crédito, a situação era semelhante.

21. Depoimento de Gabriel Jorge Ferreira à revista Fortune, em 3 abr. 2001.

A participação dos três maiores bancos privados no total de operações de crédito saltou de 13% para 21% entre dezembro de 1995 e 2000, enquanto a dos bancos estrangeiros aumentou de 7,8% para 13,8%, ou seja, tanto a participação dos maiores bancos privados brasileiros quanto dos bancos estrangeiros aumentaram nesse período, o que, para Ferreira, é um reflexo do processo de consolidação do sistema bancário e da redução da participação do sistema bancário estatal, como já vimos anteriormente. Sobre isso, Ferreira destaca que a eficiência do sistema bancário brasileiro provém da competição tanto entre bancos privados nacionais quanto entre nacionais e estrangeiros.

Sobre a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF),²² o presidente da Febraban afirmou que uma alíquota de 0,38% é muito alta sobre as transações financeiras, mas, por outro lado, a arrecadação da CPMF em 2001 foi superior a R\$ 16 bilhões, o que foi fundamental no equilíbrio das contas públicas. Mesmo assim, o atual governo precisa atingir a meta de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para um superávit primário, ou seja, 0,37% a mais que no ano passado, que foi de 3,88% do PIB.²³

Ferreira manifestou, ainda, elogios à política de desestatização implementada nos últimos anos pelo governo de FHC, em que o Bacen, segundo ele, “tem feito um importante trabalho de melhoria da regulamentação e supervisão do sistema bancário”. Ressaltou também que, até 2005, “a concorrência se manterá elevada, com bancos privados de capital nacional e estrangeiro dividindo o mercado e certamente com uma menor presença do sistema bancário estatal”. Para Ferreira, a eficiência da intermediação financeira torna “os recursos mais baratos para o tomador e a remuneração do poupador será melhor”.²⁴

22. O imposto sobre movimentação financeira foi implantado no Brasil como IPMF e, posteriormente, transformado em CPMF. É basicamente um tributo sobre transações financeiras, com uma alíquota incidente sobre o valor de cada movimentação de débito – não só de cheques – em conta corrente de clientes bancários. Portanto, é pago por quem tem conta em banco e movimenta recursos pelo banco.

23. Folha de São Paulo, 11 fev. 2003.

24. Discurso de Gabriel Jorge Ferreira, sobre a posição da entidade, no seminário “O Aprimoramento e o Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional”, em 23 out. 2002.

Em um dos posicionamentos da entidade, o presidente da Febraban reafirmou o apoio do sistema financeiro nacional à criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

O CDES tem a metade dos seus 82 integrantes composta por grandes empresários, dentre eles Benjamin Steinbruch (Companhia Siderúrgica Nacional) e Jorge Gerdau (Grupo Gerdau e ex-diretor do Instituto Liberal). Do setor financeiro, são originários sete conselheiros, representando grandes instituições como ABN Amro Bank, Citibank, Bradesco, Santander, Itaú e a própria Febraban. Participam também do CDES o Sindicato dos Bancários de São Paulo e outras instituições de grande porte.²⁵

Gabriel Jorge Ferreira lembrou que o setor está disposto a contribuir em várias frentes, principalmente em relação ao crédito, o que será fundamental para promover o desenvolvimento almejado pelo novo governo. Segundo Ferreira, “o crédito no Brasil sofre distorções, mas quando forem corrigidas, deve contribuir para diminuir rapidamente o custo do dinheiro”.²⁶ Em atenção à solicitação contida no convite para participar da reunião sobre a definição de uma agenda para o CDES, a Febraban sugere que ele seja constituído por entidades da sociedade civil organizada, ou seja, de instituições setoriais e de classe como ONGs, representações sindicais, além de notáveis.

Sobre a campanha presidencial, em seus boletins e meios de divulgação, a entidade pouco se manifestou sobre o assunto, mas em reuniões com a equipe do então candidato a presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Febraban mostrou-se disposta a colaborar com um novo governo. Em uma de suas entrevistas, Gabriel Jorge Ferreira, comentou: “a apresentação feita pelo candidato nos surpreendeu [diretoria da Febraban] de forma muito favorável. Foi um discurso franco, construtivo e com alto grau de desprendimento”.²⁷ Na mesma reunião, Lula

25. Folha de São Paulo, 6 fev. 2003.

26. Relatório da Superintendência de Comunicação Social da Febraban.

27. Entrevista realizada com o presidente da Febraban, após uma reunião com o então candidato à presidência da República, Lula da Silva, e sua equipe econômica em 20 de agosto de 2002, na sede da entidade. Fonte: www.programalula.com.br/noticias/noticias_int.asp?cod=168.

destacou que a sua principal preocupação, no caso do sistema financeiro, era a de torná-lo de fato uma alavanca para o desenvolvimento do setor produtivo. Segundo Lula, sua intenção seria montar um grupo de trabalho conjunto entre sua equipe econômica e a da Febraban. Seria o terceiro grupo de trabalho que Lula teria organizado. O primeiro foi com empresários da Associação Brasileira da Indústria de Base (ABIB), e o outro com a Associação de Institutos Estaduais de Pesquisa Agropecuária.

No Quadro 2, temos a relação da diretoria da Febraban, com importantes segmentos da sociedade, como vimos no item anterior. Podemos observar que cerca de 41% de cargos da diretoria da entidade pertencem a bancos estrangeiros, sendo três europeus e dois americanos. Os dois maiores bancos americanos operantes no mercado brasileiro fazem parte da diretoria da entidade. Outro fator interessante é que 75% da diretoria é representada pelos maiores bancos do país nos últimos anos.²⁸ Os maiores bancos

Quadro 2 – Diretoria da Febraban no período de 2001–2003*

Vínculos dos diretores da Febraban no período 2001-2003							
Diretoria 2001-2003	Bancos/Grupos financeiros	Origem capital	Estatais	Assoc. setor financeiro	Outras associações empresariais	Inst. fund.	Outras associações
Gabriel Jorge Ferreira Presidente	Unibanco	Brasil		CNF Abecip	ISE	AVC IMS	Cdes**
Fábio Colletti Barbosa Vice-presidente	ABN Amro Real	Holanda		Abbi FGC			Cdes
Antonio Carlos Castrucci Diretor	Banco Paulista	Brasil		Abbc	Sebrae FCE		ARC
Antonio Jacinto Matias Diretor	Banco Itaú	Brasil					
Carlos Alberto Vieira Diretor	Safra	Brasil		Ccba			
Décio Tenerello Diretor	Bradesco	Brasil		Abecip	Cibrasec		Fiabci
Geraldo José Carbone Diretor	Bank Boston	EUA					
Gustavo Marin Garat Diretor	Citibank	EUA		Amcham			Cdes
Hélio Ribeiro Duarte Diretor	HSBC	Inglaterra		Abbi Abecip	Ibef	FGV	
Jorge Luiz Ávila da Silva Diretor	Caixa Econômica Federal	Brasil	Eletrobrás	Andima Asbace	Ibef	FGV Ibmec	Fenae
Miguel Jorge Filho Diretor	Santander Banespa	Espanha					Cdes
Hugo Dantas Pereira Diretor	Banco do Brasil	Brasil	ICP Antaq				Abace

Fonte: Febraban em 10 fev. 2003.

Quadro elaborado pelo autor.

* A composição da diretoria sofreu mudanças durante a gestão que ainda não se encerrou.

**Participa representando a Febraban, e não o Unibanco.

Legenda:

Abace – Associação Brasileira de Aposentados do Banco Central
 ABBC – Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos
 ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais
 Abecip – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
 AMCHAM – Câmara Americana de Comércio
 Andima – Associação Nacional das Distribuidoras de Mercado Aberto
 Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
 ARC – Alfa Romeo Clube
 Asbace – Associação Brasileira de Bancos Estaduais
 AVC – Associação Viva o Centro
 CCBA – Câmara Brasileira de Comércio Americana
 CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
 Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização
 CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras

FENAE – Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa
 FCE – Consultoria Financeira
 FGC – Fundo Garantidor de Créditos
 FGV – Fundação Getúlio Vargas
 FIABCI – Federação Internacional das Profissões Imobiliárias
 IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo
 ICP – Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira
 IMS – Instituto Moreira Salles
 ISE – Instituto Superior da Empresa

28. Fonte: Revista Exame: Melhores e Maiores – as 500 maiores empresas do Brasil. Anos 1998–2001.

estatais do país (Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil) também estão representados. Há ainda três diretores da entidade ligados ao CDES.

Análise comparativa entre as gestões 1998–2001 e 2001–2003

Apesar de a última gestão da diretoria da Febraban ainda não ter se encerrado, temos indicadores que nos remetem a algumas conclusões. Ao observarmos os Quadros 1 e 2, podemos ver que 50% da diretoria nas duas gestões foi ocupada pelos mesmos bancos. Desse total, 66% da diretoria é representada pelas maiores instituições bancárias do país.

O capital estrangeiro tem uma crescente representação na entidade. De quatro bancos em 2001, a entidade passou a ter cinco bancos de capital estrangeiro em sua diretoria, sendo que o capital europeu é maior em relação ao norte-americano.

O capital estatal também se faz presente e com uma representatividade maior em 2001. Além do Banco do Brasil, a Caixa também passou a fazer parte da diretoria da Febraban.

A baixa rotatividade na diretoria e a forte presença do capital estrangeiro permitem concluir que a diretoria da Febraban, nessas duas últimas gestões, acompanha a tendência do Sistema Financeiro Latino-americano, em que poucas e fortes instituições financeiras controlam ou hegemonizam as diretorias de suas representações de classe, tendo assim mais força na defesa de seus interesses e maior poder de pressão sobre decisões do aparato estatal.

A Febraban e o artigo 192 da Constituição

Pelo artigo 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, mas ainda não foi regulamentado,²⁹ todos os aspectos do sistema financeiro terão de ser regulamentados por uma única lei complementar. Vale destacar que desde 1988 os parlamentares tentam produzir um projeto que contemple todos os aspectos e que

conte com o apoio da maioria absoluta no Congresso.

O artigo citado determina que o Sistema Financeiro será regulado por lei complementar, que disporá, basicamente, entre outras coisas sobre:

- a) a autorização de funcionamento de instituições financeiras, estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização e respectivos órgãos da fiscalização;
- b) participação de capital estrangeiro nas instituições;
- c) organização, funcionamento e atribuições do Banco Central;
- d) fundo de seguro para a economia popular;
- e) funcionamento das cooperativas de crédito;
- f) limitação das taxas de juros reais a 12%.

A Febraban, com seu poder de pressão perante o Congresso, sempre manteve influência nas decisões que regem a legislação sobre o sistema financeiro brasileiro. Como já citado anteriormente, uma comissão importante que ocupa a diretoria da Febraban reserva-se às discussões sobre a legislação que disciplina as atividades do sistema financeiro no país, ou seja, o artigo 192.

Em função da relevância para a economia nacional, o artigo 192 sempre foi alvo de frequentes e intensos debates no Congresso Nacional, em que já existiram projetos de revisão do próprio artigo e de sua disciplina por meio de lei complementar, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 53, de 1999, que foi apresentada ao Congresso Nacional pelo Senador José Serra (PSDB-SP). Tal proposta desregulamenta o artigo, “ao eliminar todos os incisos referentes às matérias que deveriam ser regulamentadas por lei única – do limite máximo de 12% de juros ao ano, que nunca passou de letra morta, ao funcionamento do Banco Central”.³⁰

A PEC do então senador Serra foi relatada pelo senador Jefferson Peres (PDT-AM), que apresentou um substitutivo. Nele, o senador

29. A análise da relação entre a Febraban e o artigo 192 vai até o final da pesquisa, ou seja, dezembro de 2002. Desde então, eventuais mudanças não foram analisadas pelo autor.

30. Revista Por Sinal, ago. 2001.

Peres determinou que a regulamentação fosse feita por leis complementares e retirou o dispositivo da Constituição que limita a taxa de juros reais em 12%. Uma parte significativa do Partido dos Trabalhadores nunca aceitou essa supressão e por causa disso, principalmente, a PEC não chegou a ser votada pelo plenário da Câmara.³¹ O texto da PEC para o artigo 192 já aprovado no Senado é o seguinte:

O Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõe, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

No âmbito do Congresso Nacional, funciona desde 1991, na Câmara dos Deputados, uma Comissão Especial do Sistema Financeiro, com a finalidade de discutir projetos destinados à disciplina do artigo 192, cujos importantes depoimentos foram colhidos sobre o tema com os mais representativos segmentos do empresariado financeiro no país, entre eles o de Antônio Bornia, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras³² (CNF), João Elísio Ferraz Campos, presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização (Fenaseg), e de Gabriel Jorge Ferreira, presidente da Febraban.

A Febraban tem participado das discussões relativas ao artigo 192 e seus presidentes sempre se fizeram presentes nas discussões sobre o tema. No depoimento de Ferreira à Comissão Especial que trata do assunto, entre outros temas, o que mais chamou a atenção foi o relativo à prática da taxa de juros. Segundo a Febraban,

hoje há quase um consenso em que limitar os juros em 12% é absolutamente inviável. O dinheiro, como qualquer mercadoria, é regido por leis de mercado. Portanto, não há como se

falar em tabelamento de juros, muito menos na Constituição Federal.³³

Para a Febraban, o sistema financeiro é apenas um intermediário que está situado entre duas pontas: o titular dos recursos, o poupador; e aquele que toma emprestado, o tomador. Portanto, a regulamentação da intermediação financeira é fundamental para que ela seja eficiente e não onerosa. Para a entidade, ainda, a regulamentação do sistema financeiro deveria ter como objetivo um custo de capital final o mais baixo possível. A preocupação do legislador deveria ser o de criar condições para um juro básico baixo e intermediação financeira eficiente.

Em outro posicionamento da Febraban quanto a uma possível lei que vier regulamentar o Sistema Financeiro, como de resto também outros mercados, esta teria de prever a existência de comissões temáticas, consultivas, em que segmentos da sociedade estivessem representados, ou seja, o processo normativo do sistema financeiro deveria, de certa forma, guardar uma certa equivalência com o que acontece no Congresso Nacional, em que existem as Comissões, as relatorias, os depoimentos, e efetiva publicidade das discussões e das emendas.

Quanto à entrada de capital estrangeiro no país, a Febraban, por meio de seu presidente, ressalta que “os exemplos recentes dos bancos privatizados e o interesse pelo Brasil como local ideal para se investir mostra claramente que a visão estratégica desses grandes bancos é de que o país é, sem dúvida, o grande alvo da América Latina”.

Em seu discurso de posse,³⁴ o atual presidente da Febraban relata que uma meta importante em seu trabalho diante da disposição do artigo 192 seria o de apoiar a PEC, mediante algumas modificações, dentre elas: instalar o funcionamento das comissões consultivas, que institui o Plano Real, tornando a estrutura

31. Valor Econômico, 19 fev. 2003.

32. É um órgão de grau superior do empresariado, que congrega entidades de classe de âmbito nacional, as quais representam os diversos segmentos do empresariado financeiro no Brasil.

33. Posicionamento da CNF, da Febraban e da Fenaseg acerca da PEC nº 53, de 1999, relativa ao SFN. Câmara dos Deputados, Departamento de Taquigrafia, doc. nº 000606/01 de 21 jun. 2001, 53 p.

34. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/item7.asp>>. Acesso em: 23 out. 2002.

normativa do Sistema Financeira Nacional mais participativa, ou seja, a entidade com mais poder de participação nas decisões do sistema financeiro nacional; criação de mecanismos de defesa da poupança pública, em parceria com o governo federal, para absorver as funções do Fundo Garantidor de Créditos.

Para a Febraban, é de grande interesse a aprovação da PEC, pois cada segmento do mercado financeiro seria regulamentado por lei própria. Assim, entidades representativas de classe, como a Febraban, poderiam facilmente utilizar-se de lobbies no Congresso, para resguardar seus interesses.

Outra grande preocupação da Febraban é com a recuperação de créditos. Para a entidade, quanto maior o direito dos bancos em executar e recuperar uma dívida, menor será seu prejuízo. A entidade baseia-se no exemplo dos Estados Unidos, onde a facilidade de um credor de financiamento hipotecário em recuperar o imóvel em garantia é tão grande, que o mercado opera com margens inferiores a 2% ao ano. Isso atinge diretamente a população, que com dívidas contraídas por altas taxas de juros, financiamentos e cheques especiais não pode quitar seus empréstimos, tendo assim de executar seus bens para quitar as dívidas.

Na América Latina, não só o Brasil sofre os problemas com a desregulamentação do Sistema Financeiro Nacional. Países como a Argentina, Chile e México também estão modificando suas legislações a fim de tornar mais fácil a entrada de capital estrangeiro em seus países. Isso parece mostrar a perversa tendência seguida pelos países latino-americanos pressionados por entidades de classe com poder baseados no dinheiro, ou seja, o empresariado financeiro, seguindo assim os padrões e normas estabelecidas, pelo novo modo de acumulação capitalista.

its politics related with political-economic scenery mainly the 192 article of the Brazilian Constitution that deals with national financial system.

Key-words: financial entrepreneur; financial system; Febraban; banks.

Referências

ARAÚJO, Ângela C; TAPIA, Jorge B. Corporativismo e neocorporativismo: regime de duas trajetórias. BIB, Rio de Janeiro, n. 32, p. 3-30, 2º semestre de 1992.

BOSCHI, Renato R. Elites industriais e democracia. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOSCHI, Renato R; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. 117 p. (Série Pesquisas nº 18).

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 195-242.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. Praga – Revista de Estudos Marxistas, n. 3, São Paulo: Hucitec, p.19-46, 1997.

COLEMAN, William D. Policy convergence in banking: a comparative study. Political studies, v. XLII, p. 274-292, 1994.

COSTA, Paulo R. Neves da. De volta à questão da burguesia brasileira. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n.14, p. 201-204, jun. 2000.

DINIZ, Eli. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 311 p. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 27).

DINIZ, Eli. Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 90. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

DREIFUSS, Renné. A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

FITOUSSI, Jean-Paul. O debate-tabu. Moeda, Europa, pobreza. Lisboa: Terramar, 1997.

Abstract: The present article makes an analysis through a social and political vision the structure and the dynamics of one of the most important agencies in Brazil representing the financial Brazilian market: the Febraban (Federação Brasileira de Bancos) between a period from 1998 through 2001 and 2001 through 2003. It has been analyzed board relationship with other organizations and

FREITAS, Maria C. Penido de; PRATES, Daniela M. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México. *Economia e Sociedade*, n. 11, Campinas, p 173-198, dez. 1998.

JINKINGS, Nise. Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MICK, Jacques. A globalização financeira e as mudanças na regulação do sistema financeiro nacional (1194-1196): um estudo sobre a hegemonia financeira. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado) – PPGSP, UFSC, Florianópolis, 1998.

MINELLA, Ary C. Banqueiros: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, Anpocs, 1988. 530 p.

_____. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO: PARA ONDE VAI O CAPITALISMO NO BRASIL? DILEMAS E PERSPECTIVAS DAS EMPRESAS E DOS EMPRESÁRIOS, 2001, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG, 2001.

MIRANDA, José Carlos; TAVARES, Maria da Conceição. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. 3. ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 2002. p. 327-350.

ROCHA, Fernando Alberto S. Desnacionalização bancária no Brasil (1997-2000). Campinas, SP, 2002. Dissertação (Mestrado) – IE: Unicamp, Campinas, SP, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. IN: GENTILLI, Pablo

(Org.). Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires; Clacso, 2000. p. 223-251 (Coleção A Outra Margem).

Sites

Associação Brasileira de Bancos Internacionais. – www.abbi.com.br. Último acesso em: 6 nov. 2002.

Banco Central do Brasil – www.bc.gov.br. Último acesso em: 7 nov. 2002.

Câmara dos Deputados – www.camara.gov.br. Último acesso em: 6 nov. 2002.

Comissão de Valores Mobiliários – www.cvm.gov.br. Último acesso em: 25 out. 2002.

Confederação Nacional das Instituições Financeiras – www.cnf.com.br. Último acesso em: 9 nov. 2002.

Federação Brasileira das Associações de Bancos – www.febraban.org.br. Último acesso em: 8 nov. 2002.

Revista dos Funcionários Banco Central – www.porsinal.org.br. Último acesso em: 8 nov. 2002.

Senado Federal – www.senado.gov.br. Último acesso em: 6 nov. 2002.

Sites de jornais:

Diário Catarinense - www.clicrbs.com.br. Último acesso em: 8 nov. 2002.

Estado de São Paulo - www.estadao.com.br. Último acesso em: 8 nov. 2002.

Folha de São Paulo - www.folha.com.br. Último acesso em: 8 nov. 2002.

Gazeta Mercantil - www.gazeta.com.br. Último acesso em: 8 nov. 2002.

Valor Econômico - www.valor.com.br. Último acesso em: 8 nov. 2002.